



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA E REDE
PROFEI/UEPG

FLORA APARECIDA DE ALMEIDA COSTA

Documento norteador para formação continuada e suporte na prática
pedagógica de professores (as) ribeirinhos (as)

Orientadora:

PROF.^a DRA MARIA ANTÔNIA DE SOUZA

PONTA GROSSA

2024



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA E REDE
PROFEI/UEPG

FLORA APARECIDA DE ALMEIDA COSTA

DOCUMENTO NORTEADOR PARA FORMAÇÃO CONTINUADA E SUPORTE
NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES (AS) RIBEIRINHOS (AS)

Recurso Educacional apresentado, como parte integrante do trabalho de campo intitulado “A formação continuada de professores do ensino regular na inclusão da pessoa com deficiência em escolas ribeirinhas de Santarém – Pará” para obtenção do título de Mestre em Educação Inclusiva pelo Mestrado Profissional em Educação Inclusiva e Rede – PROFEI na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria Antônia de Souza.

PONTA GROSSA

2024



DOCUMENTO NORTEADOR PARA FORMAÇÃO CONTINUADA E SUPORTE NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES (AS) RIBEIRINHOS (AS)



C837

Costa, Flora Aparecida de Almeida

Documento norteador para formação continuada e suporte na prática pedagógica de professores(as) ribeirinhos(as) / Flora Aparecida de Almeida Costa. Ponta Grossa, 2024.

33 f.

Produto educacional da Dissertação A formação continuada de professores do ensino regular na inclusão da pessoa com deficiência em escolas ribeirinhas de Santarém - Pará. (Mestrado Profissional em rede - PROFEI - Área de Concentração: Educação Inclusiva), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Antônia de Souza.

1. Educação - campos. 2. Formação continuada. 3. Prática pedagógica. 4. Professor(a) ribeirinho(a) I. Souza, Maria Antônia de (orient.). II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação Inclusiva. III.T.

CDD: 371.92

SUMÁRIO

Apresentação	5
Introdução	6
A Educação do Campo interrogando a Educação Rural	8
Projeto Político-pedagógico – PPP do campo	13
Formação continuada de professores ribeirinhos	21
Formação continuada ofertada por professores do AEE das próprias escolas	23
Sugestões de atividades para alunos inclusos	25
Sugestões de atividades para alunos surdos/DA, TEA e DI	26
Sinais em Libras no contexto da educação do campo	27
Sugestões de atividades para alunos com Transtorno do Espectro Autista – TEA	28
Sugestões de atividades para alunos com Deficiência Intelectual – DI	29
Considerações finais	30
Referências	31

APRESENTAÇÃO

Este documento é fruto de um trabalho de campo realizado pela mestrande Flora Aparecida de Almeida Costa, vinculado ao Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - PROFEI, na Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, com a orientação da Prof^a. Dra. Maria Antônia de Souza.

Neste sentido, o presente documento tem como título “Documento Norteador para Formação Continuada e Suporte nas Práticas Pedagógicas dos Professores Ribeirinhos” e foi elaborada após visita a campo em quatro escolas de quatro regiões ribeirinhas no município de Santarém - Pará.

O objetivo deste documento é trazer sugestões que se adequem as necessidades dos docentes das regiões pesquisadas, com base nos seus próprios discursos. Para isso, realizou-se entrevistas com 8 professoras ribeirinhas que exercessem função no ensino regular e que tenham (no período da pesquisa) alunos sujeitos da educação especial da educação especial.

INTRODUÇÃO

Este documento tem como objetivo contribuir e dar sugestões para os professores do ensino regular das escolas ribeirinhas em como desenvolver suas práticas pedagógicas de forma bem-sucedidas, com a finalidade de garantir a inclusão, a participação e o acesso ao currículo dos alunos público-alvo da educação especial.

Para a concretização da inclusão, teremos como determinante principal as ações efetivas dos professores do ensino regular. Em colaboração, teremos de modo complementar e suplementar o Atendimento Educacional Especializado – AEE, que atua concomitante ao ensino regular. Sobretudo, destacamos que a sala de aula é o espaço em que se determina a inclusão propriamente dita, é nela que a diferença deve ser concebida como uma barreira a ser ultrapassada.

Nesse sentido, o professor do ensino regular é um dos, senão, o mais importante no processo de inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais, o que não exime a responsabilidade do professor da educação especial no processo de inclusão, porém, cabe ao professor do ensino regular garantir meios para que os seus alunos com deficiência possam se desenvolver curricular e socialmente. Por estes motivos, criam-se muitas expectativas a respeito do desempenho dos professores do ensino regular e presume-se que estes consigam desenvolver práticas que os façam ter sucesso na aprendizagem e também na autonomia dos alunos.

Fica esclarecido que os alunos a serem incluídos no ensino regular tem direito a permanência, garantia e qualidade de ensino nas escolas. No entanto, o que os professores têm adquirido quanto conhecimentos para suprir as necessidades educacionais desses alunos?

O presente material, teve origem através de trabalho de campo realizado em 4 escolas ribeirinhas, em 4 regiões de rios de Santarém – Pará, Arapiuns, Arapixuna, Lago Grande e Várzea, contou a participação de 8 professoras do ensino regular, que tivessem alunos inclusos. O trabalho de campo foi realizado no dia 24 de outubro de 2023, nas escolas das regiões do Arapiuns, Arapixuna e Lago Grande, e no dia 26 de outubro de 2023 foi realizado na região da Várzea. O retorno com o material elaborado foi realizado no dia 17 de maio de 2024 e teve um bom recebimento por parte das professoras, que demonstraram aceitação quanto as sugestões tidas nos textos.

Outro detalhe a ser salientado, é o sentimento de abandono tido pelas professoras. Elas comentam ser importantes participar dessas investigações e terem algum suporte em suas práticas, uma vez que se auto avaliam de forma mediana ou até negativamente, considerando que são carentes de formação.

O sentimento de abandono descrito acima rodeia a educação do campo, quanto mais na da educação inclusiva, pois a Secretaria de Educação não direciona os seus programas de formação continuada de professores para as escolas do campo, fazendo com que os seus sujeitos fiquem à margem do processo.

Nesse sentido, elaboramos este Recurso Educacional para dar suporte nas práticas educativas dessas professoras ribeirinhas, que na maioria das suas trajetórias não participaram de formações, não por falta de vontade, mas pela carência de formações que de fato apliquem-se as suas necessidades escolares e que venham alavancar as suas práticas pedagógicas sob o viés da inclusão.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO INTERROGANDO A EDUCAÇÃO RURAL

Para que possamos pensar em nossa prática docente e em como adensa-las, é necessário avaliarmos o ambiente no qual estamos inseridos. De acordo com Albarado, Hage e Russo (2022) os debates que tangem a educação ribeirinha amazônica justificam a preservação da história, a fim de superar o silenciamento e descarte dos saberes dos povos em questão, e, por ser assim, a prática pedagógica dentro dessa modalidade de educação, precisa reconhecer e valorizar a sua diversidade, construindo saberes que atendam a diversidade desse território.

O povo ribeirinho tem como fonte vida os rios, e é dele que tira o sustento para a vida. No território brasileiro, o povo ribeirinho esteve se constituindo desde o período da colonização, pois os rios foram as primeiras vias dos exploradores. Trazemos este dado a tona, pois ele determina a resistência da pluralidade dos povos que habitam as margens dos rios dentro de um processo que ressignificou a cultura de todo um país.

De modo geral esclarecemos que a educação ribeirinha é uma das faces da educação do campo, que é destinada aos povos que moram e que frequentam as escolas situadas as margens dos rios.

Sendo assim, é imprescindível perceber que existem diferenças nas formas como cada comunidade rural e do campo irá se constituir, isto a partir do conhecimento ou não-conhecimento das ruas raízes e direitos.

Vale salientar, que a educação ofertada nas escolas tem um papel indispensável na constituição das identidades dos povos ribeirinhos, isto para promovê-las ou para intensificá-las na perpetuação dos saberes dos seus povos.

Por estes motivos, é imprescindível que esclareçamos as diferenças entre os valores da educação do campo (na qual valoriza os saberes e cultura dos povos ribeirinhos) versus a educação rural.

Para fins de esclarecimento, a Educação Rural “é a concepção que marca a trajetória da educação ofertada para os povos do campo”. (Boletim APEC, 2020). Essa concepção tem como referência as escolas da cidade, tanto os materiais didáticos quanto a formação de professores. Na educação rural, a formação dos professores é marcada pela lógica do urbano, tendo a espaço do campo como um local de atraso e incivilidade. Ainda, nessa concepção a participação da comunidade é vista nos discursos político-pedagógicos das escolas, no entanto, as decisões são tomadas apenas pelas equipes gestoras.

A Educação do Campo tem origem nos movimentos sociais de luta em prol do campo, nasceu da junção das lutas dos sem-terra com as lutas de inúmeras comunidades do campo para que não viessem a perder a sua experiência com educação, as suas escolas, suas comunidades, no geral, as suas identidades. (Caldart, 2008).

Ou seja, a educação do campo visa valorizar a pluralidade e os saberes dos povos do campo, sem que os seus protagonistas sejam excluídos desse processo de identificação.

Caldart (2008) esclarece que os conceitos são estabelecidos sob a necessidade de pontuar que determinado evento não é. Sendo assim, a educação do campo não é educação rural.

Para que fiquem mais claros os posicionamentos, apresentamos características ou perspectivas de ambas, educação do campo e educação rural.

EDUCAÇÃO DO CAMPO	EDUCAÇÃO RURAL
No campo e Dos povos do campo	Para o povo rural
Reconhece a diversidade do seu povo e valoriza a sua pluralidade: escola do campo, indígena e quilombola	Generaliza os povos do campo, ribeirinhos e que habitam as florestas.
Supera a dicotomia entre campo e cidade	Entendido como um extensão do espaço urbano
Estudo para recriar-se pessoal e pedagogicamente	Estudar unicamente para fins na titulação
Educadores com boas condições de trabalho	Estrutura precária com relação a cidade
Materiais pedagógicos produzidos através dos movimentos sociais, universidades e professores comprometidos com a Educação do Campo.	Terceirização de materiais didáticos-pedagógicos por empresas privadas.
Projeto Político e Pedagógico semelhante ao das escolas do espaço urbano	Construção coletiva do Projeto Político e Pedagógico
Conteúdos fragmentados e determinados por livro didático e pelas secretarias de educação	Formação Inicial e Continuada de professores, sob um projeto transformador de sociedade
Lugar de atraso, o avanço encontra-se na região urbana	Lugar de vida, trabalho, cultura e diversidade de produção
Governos determinam a gestão educacional	Movimentos sociais indagam a realidade das escolas rurais, em busca de protagonizar experiências coletivas.
Tratamento infantilizado dos adultos nos projetos de educação de adultos	Preocupação com a formação humana. Educação do campo não se resume a educação dentro das escolas.

Fonte: Boletim da APEC (2020)

Vale salientar, que o material selecionado foi reproduzido com base no Boletim de Articulação Paranaense por uma Educação do Campo – APECPR (2019) que distingue sucintamente a Educação do Campo e a Educação Rural, o quadro suprainserido faz referência também ao no texto de Souza (2016) que foi objeto de inspiração do Boletim da APECPR. Por se consolidar assim, estão inseridos em uma única perspectiva, que estabelece as diferenças entre a Educação do Campo e a Rural.

Como descrito, Souza (2016) também distingue as características entre Educação do Campo e Educação Rural. À saber, Souza esclarece:

EDUCAÇÃO DO CAMPO	EDUCAÇÃO RURAL
Vincula-se a uma concepção sociocultural e problematizadora do mundo e da educação. Coloca em evidência a disputa entre dois projetos para o Brasil. O projeto dos povos do campo e o projeto do agronegócio em grande escala. Trata-se de uma concepção libertadora e transformadora de educação.	Vincula-se a uma concepção bancária de educação que não interroga os conflitos de classe.
Tem o homem e a mulher como sujeitos da história e da escola.	Tem-se o homem do campo como sinônimo de atraso.
Ideologia da sustentabilidade socioambiental e da transformação do modo de produção capitalista.	Ideologia do capitalismo agrário.
Movimentos sociais indagam a realidade das escolas rurais e protagonizam experiências coletivas	Governos determinam gestão educacional.
Movimentos sociais indagam a gestão e o processo pedagógico.	Precariedade na implantação das escolas públicas. Prática de fechamento e de nucleação de escolas.
Constituição de uma esfera pública (governos e sociedade civil) para definição de políticas públicas de educação do campo, materializada em comissões e fóruns.	Os municípios são responsáveis pelos anos iniciais do Ensino Fundamental entre os povos do campo.
Articulada a um projeto de campo e um projeto de país fundados na sustentabilidade socioambiental.	Extensão rural é um dos meios de superar o atraso da população do campo.
Valorização do trabalho, cultura, educação, identidade e diversidade. Esses conceitos são detalhados no Dicionário da Educação do Campo, também fruto da produção coletiva.	Preocupação em levar conhecimentos para o trabalhador do campo, que era considerado “ignorante”.
Produção coletiva do conhecimento e organização de diferentes espaços e tempos educativos.	Tratamento infantilizado dos adultos nos projetos governamentais de educação de adultos.
Preocupação com a formação humana. Educação do campo não se resume à educação escolar.	Preocupação com a formação escolar. A educação rural resumia-se à escola e aos projetos de extensão rural.
Sistematização das experiências e demandas dos povos do campo por pesquisadores vinculados aos movimentos sociais e aos coletivos de pesquisas nas universidades.	Tempo e espaço escolar fragmentados e homogeneizados. Pensadores e equipes governamentais elaboram as diretrizes, programas e políticas para a educação no meio rural.

Fonte: Souza (2016).

De acordo com Souza (2016, p. 142) essas classificações supracitadas devem ser organizadas “a fim de superar a confusão gerada por quem afirma que a educação do campo superou ou dá continuidade à educação rural”. Em uma, a educação rural, cabe a idealização do “capitalismo no campo como sinônimo de desenvolvimento”, já na educação do campo cabe a idealização de “um projeto de desenvolvimento que implica em formação humana e sustentabilidade socioambiental”.

Neste viés, a interrogação que sugerimos nestes escritos entre a educação do campo sobre a educação rural, ocorre no sentido de esclarecimento, como apontado acima. Para que não se grifem mais as duas modalidades como sinônimos, uma vez que a educação do campo é antagônica a educação rural e ambas seguem firmes na política e na escola. Nisso, a necessidade de diferenciá-las (Souza, 2016).

Neste documento, defendemos a perspectiva que centra o povo do campo como protagonistas das suas verdades, educação e histórias, a saber o eixo da formação humana na educação do campo. Pois, acreditamos que a educação do campo quanto concepção, fundamentará com maior eficiência as escolas campesinas ribeirinhas das regiões de rios de Santarém. Entendemos este Recurso Educacional como orientações, que irá de acordo com a necessidade de cada escola ribeirinha (ou não), esclarecendo que o seu livre uso será de responsabilidade das escolas caso se sintam confortáveis.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO – PPP DO CAMPO

O PPP é o documento que norteia as práticas pedagógicas de uma escola e por se configurar assim, é de suma importância que ele esteja em constante compatibilidade com o ambiente em que se insere. Sendo assim, trazemos mediados por Cardart (2004) elementos essenciais para a constituição de Projetos Políticos e Pedagógicos do Campo, sob a consideração da sua materialidade e origem, e do seu compromisso com as raízes e memórias do povo campestre.

Vale salientar que os elementos a seguir, assim como todo este recurso educacional, constituem fundamentos para formação continuada dos professores ribeirinhos. Essas orientações são sugeridas a partir das necessidades apresentadas em trabalho de campo realizado nas regiões ribeirinhas do Apariuns, Aparixuna, Lago Grande e Várzea, pelos professores participantes da pesquisa.

A seguir veremos 7 elementos essenciais para a construção do PPP do campo:

Educação do campo é incompatível com agricultura capitalista. (Latifúndio e Agronegócio).

É compatível com Reforma Agrária, Agricultura Camponesa e Agroecologia Popular.

Luta em prol dos seus direitos através dos movimentos sociais.

1º ELEMENTO

FORMAÇÃO HUMANA VINCULADA A UMA CONCEPÇÃO DE CAMPO

Campo e cidade sob lentes de igualdade social e diversidade cultural.

Superação da supremacia do espaço urbano, como mais avançado e mais civilizado.

Contraposição a visão de educação do campo como preparação de mão de obra e a serviço do mercado.

Luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação que seja no e do campo.

No campo: o povo campestino tem o direito de ser educado no ambiente em que vive.

Do campo: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação.

2º ELEMENTO

LUTAS POR POLÍTICAS PÚBLICAS QUE GARANTAM O ACESSO UNIVERSAL À EDUCAÇÃO

A educação não pode ser tratada política compensatória ou como mercadoria.

As políticas públicas são a única forma de universalizar o acesso a educação por parte do povo campestino.

Pensar na educação como uma formadora sujeitos de direitos, capazes de lutar constantemente pela sua conquista.

A educação do campo tem como perspectiva que os trabalhadores do campo se encontrem, se organizem e assumam a direção do seu destino.

A possibilidade do povo do campo assumirem a condição de sujeitos do seu próprio projeto educativo.

Concretização da
Pedagogia do Oprimido.

3º ELEMENTO

PROJETO DE EDUCAÇÃO DOS E NÃO PARA OS CAMPONESES

Compreender que o campo vai além de uma indicação geográfica, é parte do povo brasileiro que habita este lugar.

Lutar contra o não reconhecimento do povo do campo como sujeitos da política e da pedagogia

Pedagogias e Metodologias que potencializem a capacidade do povo do campo

A educação do campo só se tornará realidade efetiva se permanecer vinculada aos Movimentos Sociais.

O protagonismo do povo do campo na construção do projeto de educação, tem sido garantido através dos movimentos sociais.

A educação do campo tem como um dos seus objetivos mobilizar e organizar o povo do campo em movimentos sociais, que fortaleçam a sua presença coletiva na sociedade.

4º ELEMENTO

MOVIMENTOS SOCIAIS COMO SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Pensar em um projeto de educação para o conjunto do povo brasileiro que trabalha e vive no campo.

Evitar ações pedagógicas para dinamizar ou modernizar a sociedade rural.

Pensar em ações pedagógicas alinhadas com a dinâmica social do campo

O projeto da Educação do campo deve estar atento para os processos produtivos que conformam o ser trabalhador do campo.

A educação do campo precisar resgatar toda a tradição pedagógica de valorização do trabalho como princípio educativo.

A educação do campo precisa resgatar a tradição pedagógica que nos ajuda a pensar a cultura como matriz formadora.

5º ELEMENTO

VINCULO COM A MATRIZ PEDAGÓGICA DO TRABALHO E DA CULTURA

Pensar em um projeto de educação para o conjunto do povo brasileiro que trabalha e vive no campo.

Processos pedagógicos são constituídos desde uma cultura e participam de sua reprodução e transformação simultaneamente.

Vincular a cultura à educação significa construir uma visão de educação sob uma perspectiva de formação de gerações.

A educação do campo luta por escolas para combater as imposições feitas aos sujeitos do campo

A educação do campo luta por escolas que não dominem e nem degradem as condições de vida do povo do campo.

A escola terá mais lugar no projeto político e pedagógico da Educação do Campo se não se reduzir a ela mesma.

6º ELEMENTO

ESCOLA COMO UM DOS OBJETIVOS PRINCIPAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.

Um dos papéis da Educação do Campo é colaborar com a formação de seres humanos.

A Educação do Campo tem também o papel de corroborar com a constituição de novos sujeitos sociais no campo.

A escola assume a vocação de colaborar no processo de humanização dos indivíduos.

O educador é o responsável por fazer e pensar na formação humana, seja na escola, família ou comunidade

Ao professor cabe conhecer a complexidade dos processos de aprendizagem e de desenvolvimento humano, em suas diferentes gerações.

Cultivar a nova identidade existente de educador.

7º ELEMENTO

VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS EDUCADORES.

A Educação do Campo deve incluir uma reflexão sobre qual o perfil do professor que necessita.

Investigar como desenvolver a formação do professor do campo.

Pensar sobre como os educadores do campo tem se formado nos próprios processos de construção da Educação do Campo.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES RIBEIRINHOS

Como apontado nos elementos supracitados, a formação de professores é uma ânsia da educação do campo. Entretanto, existe a necessidade de pensar essas formações dentro do próprio ambiente, o campo, especificamente nas escolas ribeirinhas, que estão situadas às margens dos rios.

Essas formações de caráter contínuo devem juntar-se à prática dos professores a fim de afunilarem as suas práticas pedagógicas na garantia no acesso ao currículo por parte dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Sendo assim, teremos determinantes a considerar, professores ribeirinhos e estudantes ribeirinhos com deficiência.

É conhecido que cada ser humano, adquire o conhecimento de forma própria, quanto mais o que de alguma forma apresentam necessidades educacionais.

Nesse sentido, consideramos trazer como sugestões, abordagens que contemplem essas necessidades, fortalecendo o papel do professor como educador ribeirinho e como um promotor e responsável pela perpetuação da cultura e dos saberes dos povos camponeses em suas comunidades. Sendo assim, iniciamos elencando determinantes que podem ser considerados para que o professor tenha sucesso na sua prática:

Sendo assim, trazemos como sugestões de estudos para esta unidade, os textos e livros como os de Caldart (2008, 2009 e 2012), Souza (2016), Nozu (2023) e outros. Estes materiais compreendem e dispõem bem da Educação do Campo como uma modalidade da educação para ser desenvolvida com base nas características das escolas e dos sujeitos do campo. Por estes motivos, a seguir organizamos quadro com textos que acreditamos ser promissores para a imersão na Educação do Campo:

TÍTULO	AUTOR	LINK
Sobre Educação do Campo	Roseli Salete Caldart	https://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/por_uma_educacao_do_campo.pdf
Educação do campo: notas para uma análise de percurso	Roseli Salete Caldart	http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/27585
Dicionário da educação do campo	Roseli Salete Caldart; Isabel Brasil Pereira; Paulo Alentejano; Gaudêncio Frigotto	https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf
A Educação do Campo no Brasil	Maria Antônia Souza	https://drive.google.com/file/d/1LPkPTd4R9lWnQza_BSVzJtUuvhFxyZYb/view?usp=drive_link
Educação Especial e Educação do/no Campo: sujeitos, movimentos e interfaces	Washington Cezar Shoiti Nozu	https://encontrografia.com/educacao-especial-e-educacao-do-no-campo-sujeitos-movimentos-e-interfaces/
Educação e contradição no campo: e as escolas públicas?	Maria Antônia Souza	https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15123
Contribuições da Educação do Campo à formação de professores	Maria Antônia Souza	https://drive.google.com/file/d/1bjl0TtiJqfcwdOdPDSorxOUE2YxjMxzx/view

Fonte: Elaborado pela Autora (2024)

FORMAÇÃO CONTINUADA OFERTADA PELOS PROFESSORES DO AEE DAS PRÓPRIAS ESCOLAS

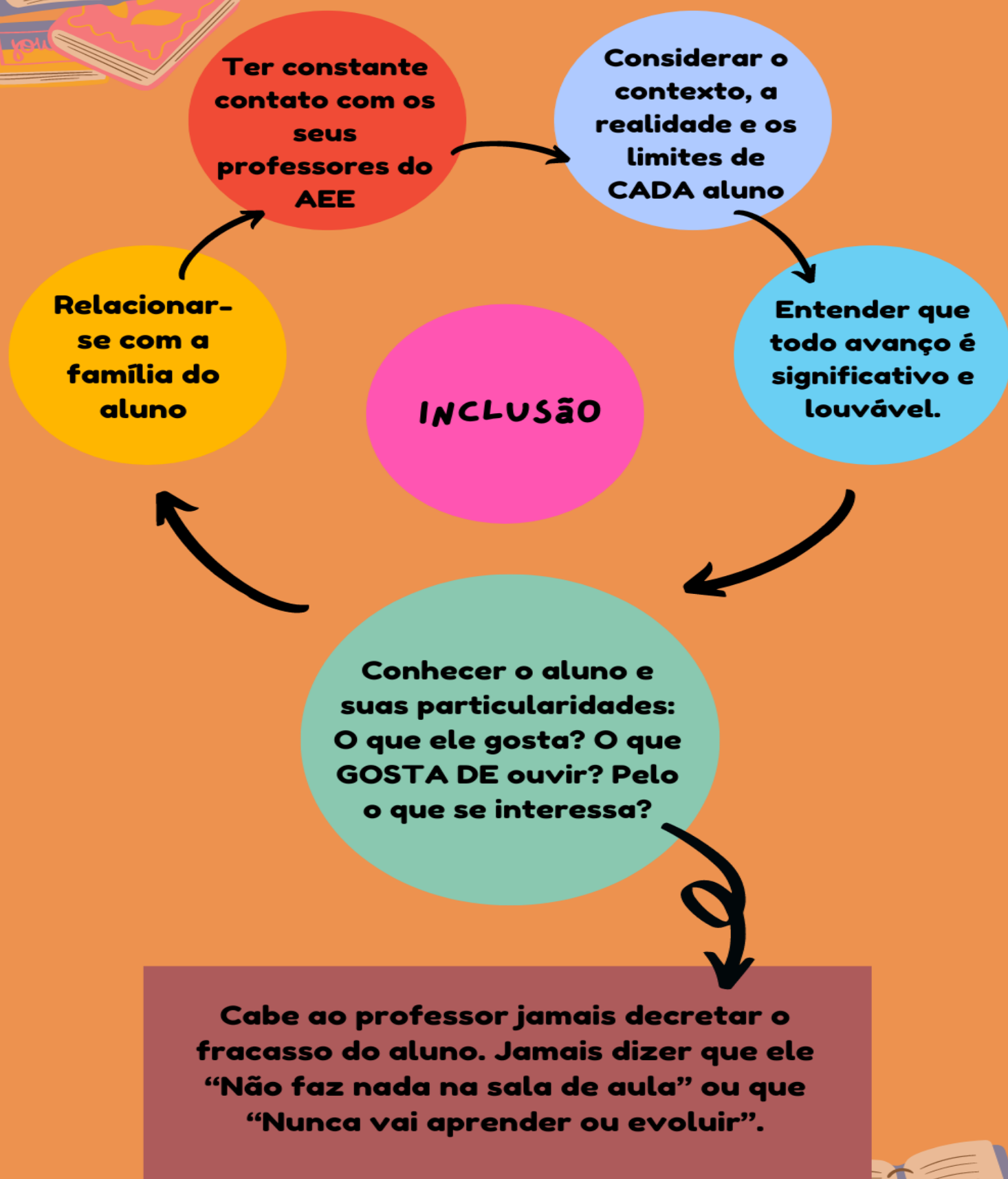
De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (2020)

Art. 13 A Formação Continuada em Serviço deve oferecer aos docentes a oportunidade de aprender, junto com seus colegas de trabalho, com suporte de um formador experiente (mentoria ou tutoria), compartilhando aprendizagens já desenvolvidas. (Brasil, 2020).

Nesse sentido, podemos pensar em como desenvolver essas formações com base nas necessidades de cada escola. Com o auxílio do coordenador pedagógico e dos professores da educação especial, organizar reuniões/formações em que os professores do ensino regular pudessem e se sentissem a vontade para expor as suas dúvidas e carências. Sabemos que os professores da educação especial têm a qualificação necessária para mentorear ou ofertar tutoria. Isto, familiarizando os docentes sob um contexto formativo de aprendizado com os colegas.

Quando pensamos em formações continuadas, sempre elevamos as nossas expectativas ao que vem de fora: Quem será o professor que irão convidar para nos ofertar a formação? Enquanto que entre os próprios docentes existem professores que adquiriram competências e que podem compartilhá-las com os seus colegas.

Por estes motivos, a seguir apresentamos sugestões acerca da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, por meio de atividades e materiais a serem trabalhados para garantia da participação e acesso ao currículo dos alunos com necessidades educacionais especiais. Estes materiais relacionam a interface entre a educação especial e a educação do campo.



Sugestões de Atividades para Alunos Inclusos

Aluno Surdo ou Deficiente Auditivo - DA

Para o ensino-aprendizagem do aluno surdo, o professor deverá se apropriar das diversas formas de comunicação, mas jamais esquecer as metodologias que evidenciam o bilinguismo, a libras e o português escrito. poderá também utilizar de atividades que se comuniquem através de linguagem não-verbal.

Aluno com Transtorno do Espectro Autista - TEA

Neste caso considerar as afeições do aluno, mediante a singularidade do autismo, tendo cuidado para não o pressionar, o forçando para além dos seus limites. Sempre utilizar materiais que o instiguem a atenção.

Aluno Deficiente Intelectual - DI

É promissor utilizar materiais do dia a dia do aluno para desenvolver o seu aprendizado. Também, utilizar metodologias e materiais mais concretos, quebra-cabeça, jogos de memória e que sejam ricos em movimentos corporais.

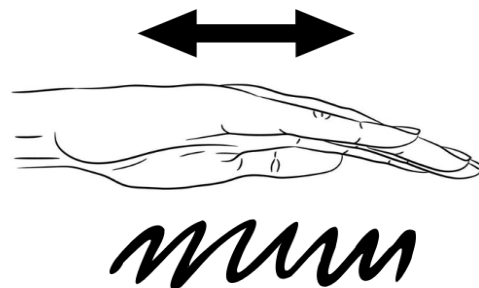
SUGESTÕES DE ATIVIDADES PARA ALUNOS SURDOS/DA, TEA E DI

No contexto da inclusão, trouxemos sugestões de atividades que possam ser promissoras aos professores ribeirinhos na garantia do aprendizado dos seus alunos público-alvo da educação especial.

Atividades de Libras, em Português e com Linguagem não-verbal para alunos surdos:

LIBRAS NO CONTEXTO RIBEIRINHO

RIBEIRINHO



Fonte: A autora, 2024.

SINAIS EM LIBRAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO



Fonte: A autora, 2024.

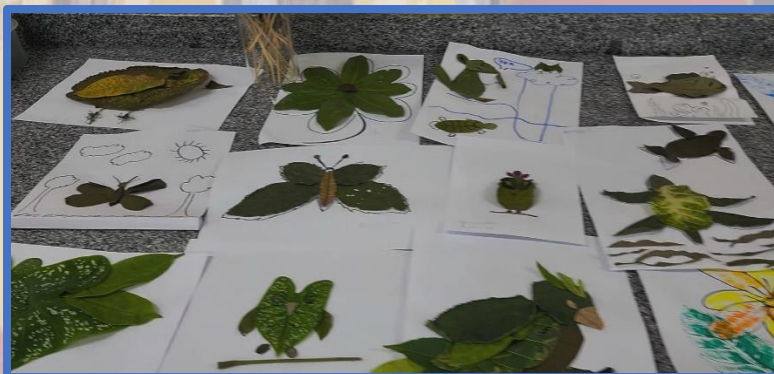
SUGESTÕES DE ATIVIDADES PARA ALUNOS COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA - TEA



Fonte: A autora, 2024.

A lógica dos materiais sugeridos é sempre utilizar o contexto dos educandos, por meio da valorização do espaço campesino. Cabe ao professor tomar conhecimento do contexto do seu aluno para ter uma abordagem bem-sucedida.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL - DI



Fonte: A autora, 2024.

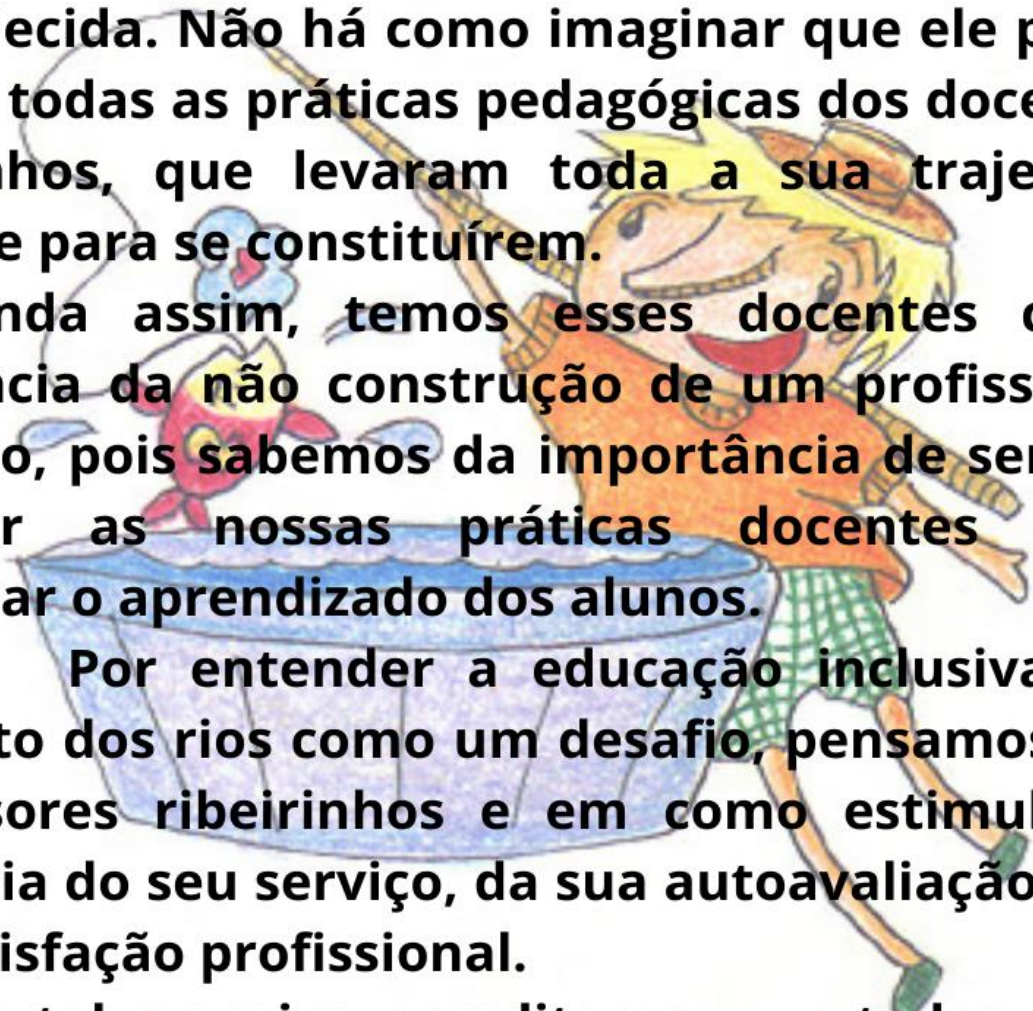
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento de apoio aos professores ribeirinhos está distante de ser uma regra estabelecida. Não há como imaginar que ele possa alterar todas as práticas pedagógicas dos docentes ribeirinhos, que levaram toda a sua trajetória docente para se constituírem.

Ainda assim, temos esses docentes como referência da não construção de um profissional acabado, pois sabemos da importância de sempre adensar as nossas práticas docentes para melhorar o aprendizado dos alunos.

Por entender a educação inclusiva, no contexto dos rios como um desafio, pensamos nos professores ribeirinhos e em como estimular a melhoria do seu serviço, da sua autoavaliação e da sua satisfação profissional.

De tal maneira, acreditamos que todos esses debates e discursos, podem acrescentar no exercício da docência e assim, garantir acesso igualitário ao currículo por parte dos estudantes com necessidades educacionais especiais no contexto do campo.



REFERÊNCIAS

ALBARADO, Edilson da Costa; RUSSO, Dayana Viviany Silva de Souza; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. Currículo e projeto político pedagógico das escolas do campo, das águas e das florestas: reflexões com as territorialidades das Amazônias Paraense e Amazonense. REVISTA COM CENSO ESTUDOS EDUCACIONAIS DO DISTRITO FEDERAL, v. 09, p. 130-136, 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CP n. 1 de 27 de outubro de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Brasília, 2020.

CALDART, Roseli Salete. ELEMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO E PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO. Revista Trabalho Necessário, v. 2, n. 2, 14 dez. 2004.

CALDART, Roseli Salete. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, C. A. dos. Por uma Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação. V. 7. Brasília: INCRA/MDA, 2008. P. 67 – 86.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. Trabalho, educação e saúde, v. 7, p. 35-64, 2009.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PARANÁ. Boletim da Articulação Paranaense por uma Educação do Campo. 2019. Disponível em: <https://sites.unicentro.br/wp/educacaodocampo/files/2019/05/BOLETIM-Articula%C3%A7%C3%A3o-Paranaense-por-Uma-Educa%C3%A7%C3%A3o-do-Campo-edicao2.pdf>

SOUZA, Maria Antônia. A Educação do Campo no Brasil. In: SOUZA, Elizeu Clementino de; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. (Orgs.). Documentação, memória e história da educação no Brasil: diálogos sobre políticas de educação e diversidade: volume 1. Tubarão: Copiart, 2016. p. 133-158.

NOZU, Washington Cezar Shoiti (org.). Educação Especial e Educação do/no Campo: sujeitos, movimentos e interfaces. 1. ed. Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2023. DOI: <https://doi.org/10.52695/978-65-5456-040-5>. Disponível em: <https://encontrografia.com/978-65-5456-040-5>. Acesso em: 18 jul. 2024.

IMAGENS DISPONÍVEIS EM:

https://drive.google.com/drive/folders/1bYTE5iw_AcqNb5sZ3xCFn8eRlZVnKxgz?usp=drive_link